LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

DECRETO Nº 21.981, DE 19 DE OUTUBRO DE 1932

Regula a profissão de Leiloeiro ao
território da República.

O Chefe do Governo Provisorio da República dos Estados Unidos do Brasil,
na conformidade do art. 1º do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930,
DECRETA:

Artigo único. Fica aprovado o regulamento da profissão de leiloeiro no
território da República, que a este acompanha e vai assinado pelo ministro do Estado
dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio; revogadas as disposições em
contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1932, 111º da Independência e 44º da
República.

GETULIO VARGAS
Joaquim Pedro Salgado Filho
Oswaldo Aranha

ANEXO
REGULAMENTO

.....
CAPÍTULO III
DAS FUNÇÕES DOS LEILOEIROS

Art. 19. Compete aos leiloeiros, pessoal e privativamente, a venda em hasta
pública ou público pregão, dentro de suas próprias casas ou fora delas, de tudo que, por
autorização de seus donos por alvará judicial, forem encarregados, tais como imóveis,
móveis, mercadorias, utensílios, semoventes e mais efeitos, e a de bens móveis e
imóveis pertencentes às massas falidas, liquidações judiciais, penhores de qualquer
natureza, inclusive de jóias e *warrants* de armazens gerais, e o mais que a lei mande,
com fé de oficiais públicos.

Parágrafo único. Excetuam-se destas disposições as vendas de bens imóveis
nas arrematações por execução de sentenças, as dos mesmos bens pertencentes a
menores sob tutela e interditos, após a partilha, dos que estejam gravados por
disposições testamentárias, dos títulos da dívida pública federal, municipal ou estadual e
dos que estiverem excluídos por disposição legal.

Art. 20. Os leiloeiros não poderão vender em leilão, em suas casas ou fora
delas, quaisquer efeitos senão mediante autorização por carta ou relação, em que o
comitente os especifique, declarando as ordens ou instruções que julgar convenientes e
fixando, se assim o entender, o mínimo dos preços pelos quais os mesmos efeitos
deverão ser negociados, sob pena de multa na importância correspondente à quinta parte
da fiança e, pela reincidência, na de destituição.

.....

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**